

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA DE ARTIGOS SOBRE A BNCC DE EDUCAÇÃO FÍSICA

THE BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION OF ARTICLES ON THE BNCC OF PHYSICAL EDUCATION

José Ânderson Ferreira da Silva ¹

RESUMO

Este artigo objetivou analisar o que foi produzido pela ciência brasileira, em forma de artigo, sobre a BNCC de Educação Física. Pensamos poder, através da análise destes trabalhos acadêmicos, compreender como os professores de Educação Física tem visto o documento citado, observando críticas, elogios, sugestões, complementos e pensamentos sobre os temas, ampliando nosso conhecimento e compreensão. Metodologicamente utilizamos uma revisão bibliográfica, do tipo sistemática integrativa. Após estudo das obras selecionadas, escolhemos duas categorias de análise, por seu número de repetições e grau de importância: cultura e formação. No que cerne à cultura, presente na tematização das práticas corporais, manifestada através da Cultura Corporal de Movimento, observamos que esta não se limita ao simples movimento humano, mas busca suas complexas relações subjetivas e históricas. Outras discussões relacionadas à cultura aparecem brevemente, embora importantes, citando: a compreensão do aluno como ser cultural e não passivo; a necessidade do professor intelectual da cultura, sendo habilidoso e capa de absorver criticamente as propostas de ensino; a cultura presente no currículo diversificado, que permite a cada povo inserir seus saberes e práticas populares e culturais em seu currículo escolar; e a cultura do profissionalismo, longa luta dos professores, reconhecendo sua profissão como necessária e legítima. Acerca da formação, existe a reflexão se a BNCC de fato tem seus conteúdos, discussões, conceitos e visões alinhadas à formação inicial, trazendo a possível necessidade de uma relação mais dialógica entre políticas públicas e instituições de formação de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. BNCC. Cultura e formação.

ABSTRACT

This article aimed to analyze what was produced by Brazilian science, in the form of an article, on the BNCC of Physical Education. We think we can, through the analysis of these academic works, understand how Physical Education teachers have seen the cited document, observing criticism, praise, suggestions, complements and thoughts on the themes, expanding our knowledge and understanding. Methodologically, we used a bibliographic review, of the integrative systematic type. After studying the selected works, we chose two categories of analysis, based on their number of repetitions and degree of importance: culture and education. With regard to culture, present in the thematization of bodily practices, manifested through the Corporal Culture of Movement, we observe that it is not limited to simple human movement, but seeks its complex subjective and historical relationships. Other discussions related to culture appear briefly, although important, citing: the student's understanding as a cultural being and not passive; the need for the intellectual teacher of culture, being skilled and able to critically absorb the teaching proposals; the culture present in the diversified curriculum, which allows each people to insert their knowledge and popular and cultural practices in their school curriculum; and the culture of professionalism, a long struggle of teachers, recognizing their profession as necessary and legitimate. Regarding training, there is a reflection on whether the BNCC in fact has its contents, discussions, concepts and visions aligned with initial training, bringing the possible need for a more dialogic relationship between public policies and teacher training institutions.

KEYWORDS: Physical Education. BNCC. Culture and training.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. E-mail: andersonsilva95@outlook.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/9492096815924730

INTRODUÇÃO

A partir da implementação do Plano Nacional de Educação, PNE 2014, iniciou-se uma estratégia para a construção de uma Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que serviria como documento de caráter normativo e subsídio para construção dos currículos de mais 190 mil escolas da Educação Básica brasileira. Este documento seria elaborado e enviado ao Conselho Nacional de Educação – CNE até 2016, em uma união do Ministério da Educação – MEC em colaboração com os estados, Distrito Federal e municípios. (PRIETTO e SOUZA, 2020).

Mesmo antes da versão final, em 2018, vários estudos, vídeos, aulas, palestras, seminários, entre outros, discutiam pontos positivos e negativos, avanços e retrocessos do documento. Seguindo esta lógica, vários trabalhos científicos começaram a ser produzidos, objetivando analisar a BNCC em vários aspectos.

Diante desta reflexão, chegamos a nos questionar: o que vem sendo produzido pela ciência brasileira, em forma de artigos, sobre a BNCC de Educação Física?

Achamos pertinente essa discussão, pois são muitas as contribuições e reflexões que podemos tirar a partir dos estudos produzidos. Pensamos poder, através da análise destes trabalhos acadêmicos, compreender como os professores de Educação Física tem visto o documento citado, observando críticas, elogios, sugestões, complementos e pensamentos sobre os temas, ampliando nosso conhecimento e compreensão.

O objetivo geral é, portanto, analisar o que foi produzido pela ciência brasileira, em forma de artigo, sobre a BNCC de Educação Física.

Os objetivos específicos são: Encontrar, a partir da base de dados SciELO e Periódicos Capes, artigos científicos que versem sobre a BNCC de Educação Física, seguindo os filtros delimitados na metodologia; analisar os artigos encontrados a partir de categorias definidas

pela incidência de aparecimentos das palavras; Refletir, a partir das leituras, sobre as melhorias, limitações, sugestões e elementos que contribuam para a área de conhecimento da Educação Física Escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo sistemática integrativa, que seguiu as seguintes etapas (ver Quadro 1):

- 1ª) Definição do tema, seleção da pergunta norteadora e escolha da estratégia de busca, descritores e bases de dados mais eficazes no levantamento das publicações;
- 2ª) Escolha dos critérios de inclusão e exclusão;
- 3ª) Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumo, palavras-chave e título, bem como organização dos estudos pré-selecionados e identificação dos estudos selecionados;
- 4ª) Categorização dos estudos selecionados, com elaboração e uso da matriz de síntese, além de análise das informações, formação de uma biblioteca individual e avaliação crítica dos estudos selecionados;
- 5ª) Análise, interpretação e discussão dos resultados;
- 6ª) Apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contemple propostas para estudos futuros (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Os artigos não selecionados fugiam da temática deste estudo ou não contribuíam para nosso objetivo geral, trazendo: debates e questões de currículo em instituições de ensino superior e IF's, mas sem foco em BNCC de Educação Física; Discussões sobre políticas na construção da BNCC, evidenciando o neoconservadorismo e a influência negativa de Temer no processo; Três artigos evidenciando e trazendo como tema principal o Novo Ensino Médio; Um artigo que

dialogava várias políticas públicas, mas não trazia exatamente um debate ou contribuição para a BNCC de Educação Física; Pesquisas que citam a BNCC e citam Educação Física, mas não trazem nada sobre o tema, tendo seu foco central voltado a outro tema diferente; Discussões interdisciplinares que citam a BNCC mas não a trabalham como foco ou não a colocam na discussão, muito menos em Educação Física, de forma a não contribuir com este trabalho; Estudos sobre gênero que citam nossos descritores, mas não trabalham com eles; Debates sobre democratização, disputas político-econômicas, mas que não trabalham a BNCC como foco, muito menos a Educação Física; Estudos erroneamente apresentados depois do string de busca, trabalhando temáticas de sociologia escolar e matemática, ou mesmo apresentando uma resenha de livro, mesmo quando filtramos apenas artigos científicos.

Após análise dos artigos selecionados, categorizamos dois temas, por sua importância e número de vezes que apareceram nas obras: cultura e formação. A seguir, estes serão apresentadas.

CULTURA

O termo cultura na relação com a BNCC e nos artigos selecionados aparece principalmente vinculado à Cultura Corporal de Movimento.

Primeiramente é necessário afirmar que a BNCC tematiza as práticas corporais, enquanto cultura, não se limitando ao simples movimento (FURTADO e COSTA, 2020), mas buscando suas relações subjetivas e históricas.

Essas práticas corporais, defendidas por muitos autores como manifestações da Cultura Corporal de Movimento, na BNCC, ganham uma valorização da democratização no acesso a essas práticas, buscando também os sentidos e significados de cada uma delas, carecendo, portanto, de sistematização adaptada para os diferentes níveis de ensino e diversificação de conteúdos (RUFINO e NETO, 2016).

Como elementos em comum, essas práticas corporais possuem a “presença do movimento corporal, organizações internas específicas, e relações com a cultura, devido serem produtos socioculturais diversificados e presentes na vida cotidiana das pessoas”. (FURTADO e COSTA, 2020, p.4).

A partir das diferentes manifestações da cultura corporal do movimento, das novas perspectivas de esporte, de Educação Física, entre outras, a BNCC elencou seis unidades temáticas, de onde partem todos os objetos de conhecimento. São elas: jogos e brincadeiras, esportes, lutas, danças, ginásticas e práticas corporais de aventura (RUFINO e NETO, 2016).

Para os mesmos autores, a BNCC contribui para uma visão de uma Educação Física relevante ao:

possibilitar às novas gerações a preservação e a reconstrução crítica de toda a herança cultural acumulada historicamente pela humanidade, a partir de conhecimentos sistematizados. Tem-se o esforço de alinhar os pressupostos pedagógicos desse componente curricular aos propósitos republicanos que regem a educação básica brasileira. (RUFINO e NETO, 2016, p.49).

Mas, para Rodrigues (2018), os professores de Educação Física, para democratizarem o ensino da Cultura Corporal de Movimento, devem primeiro se formar como intelectuais da cultura, ganhando habilidades necessárias à capacidade de absorver criticamente quaisquer propostas de ensino. O autor ainda afirma que existe um paradoxo no ensino na Cultura supracitada, pois a maioria da população ainda encontra-se analfabeta, sem compreender os saberes culturais e científicos relacionados ao fazer com o corpo.

Diante de toda essa perspectiva de cultura apresentada na BNCC, é necessário compreender também que não levamos cultura ao aluno apenas, pois este também a produz, remodela ou reconfigura. Esta

parece ser uma preocupação do trabalho de Mello (et al. 2016), na sua longa argumentação que justifica o quanto as crianças produzem cultura e, sendo assim, o professor não deve ensinar uma cultura pronta, mas abrir espaço para a criticidade no processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto da cultura importante dentro da BNCC, está na sua relação com o currículo diversificado. Este documento não é um currículo mínimo, mas uma base a ser completada pelo conhecimento cultural presente em cada região, trabalhando os seus temas populares, valorizando seus saberes historicamente produzidos. Essa parece ser uma questão considerada como um avanço à Educação Física, que historicamente tem transmitidos os mesmos conteúdos, em todos os lugares (RUFINO e NETO, 2016). Observamos, neste sentido, a enorme presença dos esportes coletivos tradicionais, que tomam grande parte do tempo de outros conteúdos.

Além da Cultura Corporal do Movimento, do avanço à democratização a seu acesso e a diversificação dos conteúdos, existem também as culturas envolvidas no processo educacional como temas transversais, como a cultura indígena, africana, ou até mesmo a cultura digital, sendo assuntos de extrema relevância e que são trabalhados de forma articulada com os componentes da disciplina (RUFINO e NETO, 2016).

Por fim, mas não menos importante, o termo cultura aparece também vinculado ao tema “cultura do profissionalismo”, quando Rufino e Neto (2016), trazem uma pergunta preconceituosa do senso comum que diz “mas você trabalha ou só dá aulas?” (p.51). A profissionalização do ensino foi uma longa luta dos professores, para que a sociedade conseguisse entender o valor do trabalho docente. Isto me parece mais claro que nunca em tempos de pandemia, advindos da Covid-19, onde os pais e a sociedade pedem para que seus filhos voltem às salas de aula, pois precisam dos professores para ensiná-los presencialmente.

FORMAÇÃO

Ao se implementar uma política pública educativa, como a BNCC, é muito frequente que, em algum momento, parte das soluções e também parte dos problemas sejam alocados para a formação de professores. Nesse ponto, a perspectiva do desenvolvimento da formação docente ganha força para que o documento possa apresentar um impacto efetivo dentro do que ele propõe. (RUFINO e NETO, 2016).

Um exemplo que pode ser elucidado entre a BNCC de Educação Física, a formação inicial dos professores e as unidades temáticas, está no estudo de INÁCIO, SOUZA, MACHADO (2020), que entrevistou professores sobre sua atuação prática, nas escolas, com as práticas corporais de aventura. Dos 59 professores participantes, apenas 11 haviam trabalhado o conteúdo, sendo sua formação inicial determinante para esta escolha e a falta de formação inicial determinante para a recusa em ensiná-lo. Sendo assim, se o conteúdo do documento não chega aos professores de forma inicial ou continuada, algumas lacunas não se preenchem.

Rufino e Neto (2016) afirmam que a BNCC não deixa clara como deve estar a articulação entre as dimensões políticas e formativas. Furtado e Costa (2020) discutem ser a BNCC um documento utilitarista, demasiadamente prático, sem se importar muito com a formação de professores.

Embora a BNCC cite a Política Nacional de Formação de Professores, o documento não explica como deverá se articular com as políticas nacionais de formação, o que deixa um vago espaço de discussão, que dificulta sua concreta implantação. Para Rufino e Neto (2016), tão importante quanto implementar uma política pública, é saber fazer o correto diálogo entre as formações iniciais e continuadas de professores, os quais são o alicerce da aplicabilidade do documento:

Ao se implementar uma política pública educativa, é muito frequente que, em algum momento, parte das soluções e também parte dos problemas sejam alocados para a formação de professores. Isso se deve porque, em suma, a formação profissional quando superficialmente analisada, tende a ser compreendida como a “salvadora” de todos os problemas, ou então, a “causadora” de todos os males que impedem o desenvolvimento efetivo de tal ação política. Ambas as perspectivas, além de simplórias e desarticuladas, impedem que se estabeleça uma relação efetiva entre processos formativos alicerçados na prática profissional e políticas públicas claramente elaboradas levando-se em consideração a valorização do trabalho docente. Para que uma determinada proposta tenha impacto efetivo na prática profissional, compreender criticamente os processos formativos é condição prioritária, sem a qual corre-se o risco de que as proposições fiquem apenas no âmbito institucionalizado e não cheguem a ser colocadas efetivamente à cabo durante a prática pedagógica. (p.54)

Rufino e Neto (2016) ainda afirma que há documentos que propõem uma melhoria qualitativa e quantitativa na questão de formação de professores, como a Política Nacional de Formação de Professores, enquadrada no Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, ambos compondo o Sistema Nacional de Formação de Professores. Entretanto, não vê como a BNCC, efetivamente, contribua nisto. Os autores propõem, portanto, que nas próximas versões reformuladas do documento, o eixo formação seja melhor discorrido.

Mesmo diante disto, vale considerar o que o debate de Furtado e Costa (2020) traz sobre as relações de formação inicial e políticas públicas, discorrendo que estas não podem ocorrer de modo mecânico e hierárquico. Os documentos construídos não devem delimitar totalmente o que acontece dentro das instituições de formação inicial que também

construíram longos saberes e, em alguns momentos, devem ser resistência. A relação dialógica entre políticas públicas e instituições de ensino superior deve, portanto, ser democrática e respeitosa.

Rufino e Neto (2016) concluem que, na relação da BNCC com a formação de professores de Educação Física, podem haver três cenários:

O primeiro deles é que a BNCC se torne um documento muito amplo e reconhecido, exigindo amplo conhecimento e discussão do mesmo, para apreensão de suas totais possibilidades, correndo-se dois riscos:

Desenvolver uma perspectiva “utilitarista” para a formação de professores, sendo está uma forma de suprir os conteúdos específicos deste material, ou seja, formar-se para a BNCC, do mesmo modo que este documento se torna a base da formação profissional; b) Desenvolver uma perspectiva de formação como “salvadora” dos infortúnios e dilemas advindos da prática profissional, ou seja, a formação, novamente passa a ser a “panaceia” para a resolução de todos os problemas do ensino. Essa perspectiva é perigosa à medida que todas as dificuldades e deficiências possíveis de haver no documento passam a ser consideradas não como um problema da política em si e nem do documento, mas da formação, como se esta fosse algo “externo”. (p.58).

No segundo cenário, a BNCC passa a ser algo ineficiente e sem impacto na prática, ao contrário do que deveria ser um documento de política pública, pois não conseguiria trazer mudanças efetivas e concretizar os objetivos propostos.

No terceiro cenário, que os autores consideram como o mais “utópico”, a BNCC surge como um importante elemento da complexidade que o ato de ensinar e dos saberes envolvidos possui:

Sendo assim, ela pode contribuir com a formação docente à medida que dialoga com a prática profissional, busca desenvolver formas de valorizar o

trabalho docente e permite introduzir uma nova cultura de aprendizagem e desenvolvimento da profissão de professor de Educação Física, fortemente vinculada às dinâmicas da prática pedagógica. (RUFINO e NETO, 2016, p. 58).

Furtado e Costa (2020) não fazem essa relação de possibilidades para um futuro próximo, mas concluem no estudo, a partir da fala das professoras entrevistadas, que a BNCC reduz o conteúdo da Educação Física, tem políticas atreladas ao sistema capitalista e que a formação inicial precisa levar em consideração aspectos que transcendem as orientações do documento. Com um campo de amplo conhecimento como a Educação Física no Ensino Superior, a BNCC deveria se adequar à formação inicial neste tipo de nível de ensino, e não o contrário.

Rodrigues (2018) diz que uma possibilidade seria a formação de professores enquanto intelectuais da cultura, seres capazes de analisar, absorver e refletir criticamente sobre toda proposta de ensino.

Achamos esse argumento pertinente quando vemos as falas das professoras de Furtado e Costa (2020), pois acreditamos que essa formação de intelectuais, que fazem a análise crítica e sistemática das propostas de ensino, respeitando o que culturalmente e cientificamente já foi produzido no campo da Educação Física, reduz as possibilidades de alienação do uso de um documento atrelado às políticas de capitalismo e, também, gera uma valorização do conhecimento construído e que não pode ser negado apenas pelo fato de este ou aquele documento não citá-lo.

Pensando na autonomia pedagógica do professor, na cultura educacional construída no campo da Educação Física e no que o professor deve saber para ensinar a BNCC, pensando em formação inicial e continuada, finalizamos com Arroyo (2016), que é mais enfático nas suas críticas, argumentando que a BNCC é

um ditame que vem do alto, deixando o professor passivo na organização do ensino-aprendizagem, mesmo sendo os docentes sujeitos de conhecimento, de saberes, de autoria.

Questiona se a BNCC não desqualifica e observa o professor negativamente, entregando tudo pronto, deixando o professor aquém das escolhas, deixando em xeque se os professores são desqualificados no que ensinar, como ensinar, como avaliar e como educar os jovens sujeitos da aprendizagem. Em outras palavras, não confiando na qualidade dos professores, criam uma receita pronta, para “salvar” e conduzir o processo educacional, como se estes não fossem capazes de fazê-lo ou pensá-lo.

Acima de qualquer documento ou proposta de ensino, existe uma cultura científica produzida em cada área, com diversas concepções pedagógicas, diversas visões teórico-metodológicas, as quais não se pode afirmar uma correta ou incorreta, mais frágil ou mais forte, mas apenas distintas e limitadas em diferentes e diversos aspectos. Sendo assim, como afirmar qual o melhor documento norteador para a formação inicial? Como afirmar que seria a BNCC o documento necessário para basear as mudanças da formação inicial dos professores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a produção científica brasileira de artigos sobre a BNCC de Educação Física, levando em conta a base de dados da SciELO e do Periódicos Capes, onde encontramos, após strings de busca, filtros e leitura dos achados, 9 artigos que foram analisados.

Achamos duas categorias após analisarmos as palavras que mais se repetiam no estudo: cultura, muito trabalhada nos artigos como cultura corporal de momento; e formação, muito evidenciada nos estudos como formação inicial ou continuada de professores.

No que cerne à cultura, presente na tematização das práticas corporais, manifestada através da Cultura Corporal de Movimento, observamos que esta não se limita ao simples movimento humano, mas busca suas complexas relações subjetivas e históricas.

Ao definir suas seis unidades temáticas e manter vivo o aspecto cultural, a BNCC dá um salto qualitativo, oferecendo às novas e próximas gerações o acesso ao acervo de cultura corporal construído, desde que haja uma democratização de todos os objetos de conhecimento.

Outras discussões relacionadas à cultura aparecem brevemente, embora importantes, citando: a compreensão do aluno como ser cultural e não passivo; a necessidade do professor intelectual da cultura, sendo habilidoso e capaz de absorver criticamente as propostas de ensino; a cultura presente no currículo diversificado, que permite a cada povo inserir seus saberes e práticas populares e culturais em seu currículo escolar; e a cultura do profissionalismo, longa luta dos professores, reconhecendo sua profissão como necessária e legítima.

Sobre formação, observamos a discussão do momento em que uma política pública surge na educação, pois soluções e possíveis problemas são alocados para a formação inicial dos professores. Quando os conteúdos, discussões, conceitos e visões do documento não dialogam ou contribuem com esta formação, parece haver uma limitação no processo, tornando o documento menos eficiente do que deveria ser, distanciando o discurso entre teoria e prática.

Vimos nos estudos que a BNCC não contribui efetivamente com a melhoria da formação inicial, pois não deixa claro suas relações com esta, necessitando explicitar esse contexto em próximas reformulações.

Os autores mostram a necessidade de uma relação dialógica entre políticas públicas e instituições de formação de professores, pois estas construíram um longo conhecimento científico historicamente, não podendo se limitar às “ordens” prescritas no documento.

A BNCC traz uma proposta de ensino pronta, que é criticada por alguns autores, seja por seguir ideologias capitalistas, seja por menosprezar o papel do professor no planejamento de suas aulas, seguindo todos um mesmo modelo base, evidenciando a necessidade de formar professores críticos e reflexivos sobre sua prática, devendo estes compreenderem as limitações e possibilidades das propostas de ensino, valorizarem a cultura científica produzida em seu campo de conhecimento e sua autonomia como profissionais e também produtores de culturas e saberes, evitando as alienações possíveis.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. CORPOS RESISTENTES PRODUTORES DE CULTURAS CORPORAIS. HAVERÁ LUGAR NA BASE NACIONAL COMUM? **Motrivivência** (Florianópolis), v. 28, n. 48, p. 15-31, setembro/2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p15/32559>>. Acesso em: 22/05/2021.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A; MACEDO, M. O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Gestão E Sociedade** (Belo Horizonte), v. 5, n. 11, p. 121-136. Mai/Ago, 2011. Disponível em: <<https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>>. Acesso em: 24/05/2021

CRUZ, L.R.; NEGRÃO, A.R.M.; ABREU, M.C.P.; Concepções e perspectivas à Educação Física na base nacional comum curricular do ensino médio no Brasil. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 32, n. 62, p. 01-17, abril/junho, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e66752/43451>>. Acesso em: 21/05/2021.

FURTADO, R.S.; COSTA, G.H.O.; Perspectiva docente sobre as “repercussões” da Base Nacional Comum Curricular na formação de professores de Educação Física. **Revista Cocar** (Belém, PA), v. 14 n. 28, Jan./Abr., 2020, p.681-701. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3144>>. Acesso em: 21/05/2021.

HOLANDA, G. I. da S.; LASCH, V.; DIAS, R. F.. A Educação Física na BNCC: desafios da escola republicana. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 33, n. 64, p. 01-18, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/>

view/2175-8042.2016v28n48p113/32566>. Acesso em: 22/05/2021.

INÁCIO, H. L. de D.; SOUSA, C. C.; A presença das práticas corporais de aventura em escolas públicas da região metropolitana de Goiânia: um estudo exploratório. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01-16, julho/dezembro, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/76350/44685>>. Acesso em: 22/05/2021.

MELLO, A. Da S.; ZANDOMINEGUE, B.A.C; BARBOSA, R.F.M.; MARTINS, R.L.D.R.; SANTOS, W. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: pressupostos e interfaces com a Educação Física. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 28, n. 48, p. 130-149, setembro/2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p130/32567>>. Acesso em: 22/05/2021.

PERTUZATTI, I.; DICKMANN, I. UMA VISÃO PANORÂMICA DA LDB À BNCC: As políticas públicas de alfabetização, letramento e suas relações com a cultura corporal na Educação Física. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 28, n. 48, p. 113-129, setembro/2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p113/32566>>. Acesso em: 22/05/2021.

PRIETTO, A.L.; SOUZA, M. da S. O projeto de educação para a Educação Física escolar: o olhar para as políticas educacionais dos últimos 20 anos. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 32, n. 62, pag. 01-15, Abr/Jun, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e62672>>. Acesso em 25/05/2021.

RODRIGUES, R. A formação escolar e o componente curricular: a Educação Física em tempos de capitalismo mundial integrado. **Ensino Em Re-Vista** (Uberlândia, MG), v.25, n.1, p. 216-233, jan.abr./2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/41374/21879>>. Acesso em: 21/05/2021.

RUFINO, L.G.B.; NETO, S. de S.; SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Análise da Base nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da Profissionalização do Ensino. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 28, n. 48, p. 42-60, setembro/2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p42/32562>>. Acesso em: 21/05/2021.